

Cabinda Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cabinda Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade.

A Cabinda é controlada diretamente pela GP Investimentos S.A., sociedade anônima fechada com sede no Brasil, que detém aproximadamente 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e adiantamento para futuro aumento de capital pelo acionista controlador, GP Investimentos S.A. A GP Investimentos S.A. tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Cabinda cumpra com suas obrigações correntes e eventuais obrigações futuras (nos próximos 12 meses), sempre que necessário, considerando sua atual situação econômico-financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia para apresentação e aprovação do Conselho de Administração em reunião realizada em 8 de março de 2012.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quanto indicado de outra forma.

Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, impostos diferidos ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos inclui caixa e equivalentes de caixa.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

d. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente.

e. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

f. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

g. Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

h. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que a Companhia não apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

i. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos	4	4
Aplicações financeiras	=	<u>3</u>
	<u>4</u>	<u>7</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis no montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo em 31 de dezembro de 2010, refere-se a recursos obtidos da sociedade controladora, a GP Investimentos S.A., os quais foram capitalizados em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2011.

6 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2011, foi aprovado aumento do capital social no valor de R\$49, mediante a emissão de 49.000 ações, sendo 16.333 ações ordinárias e 32.667 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado aumento do capital social no valor de R\$100, mediante a emissão de 99.750 ações, sendo 33.250 ações ordinárias e 66.500 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Foi aprovado também o resgate de 975.780 ações detidas por GP Investimentos S.A., a débito da reserva de capital, correspondentes a totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, retirando-as definitivamente de circulação, sem redução do capital social. Ainda na mesma assembléia, foi aprovado o aumento do capital social, no montante de R\$4, em dinheiro, mediante emissão de 4.000 ações, sendo 1.333 ações ordinárias e 2.667 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em consequência dos eventos mencionados acima, em 31 de dezembro de 2011, o capital social passou a ser de R\$493, representado por 4.000 ações, sendo 1.333 ações ordinárias e 2.667 preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão.

Reservas de lucro

A Companhia está autorizada a apropriar, no mínimo, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em razão de apuração de prejuízo não há resultados a serem distribuídos aos acionistas.

7 Despesas gerais e administrativas

Correspondem a gastos com taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), contribuição sindical, cópias, despesas bancárias e outros.

8 Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011.

9 Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

10 Gestão de riscos

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía investimentos significativos sujeitos a exposição de risco de crédito.

Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia ira encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações na taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

11 Outras informações

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia está num período de prospecção de novos negócios. Os administradores da Cabinda Participações recebem uma remuneração anual fixa paga pela controladora GP Investimentos S.A. no montante de R\$ 18 (2010 – R\$ 18).

Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

Transações entre partes relacionadas

A Companhia não executou transações envolvendo partes relacionadas além do adiantamento para futuro aumento de capital descrito na nota explicativa nº 5.

12 Análise de sensibilidade

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia informa que não está exposta a riscos de mercado considerados relevantes por sua Administração, considerando as características dos instrumentos financeiros.

13 Eventos subsequentes

Em Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de janeiro de 2012, a Companhia comunicou que os acionistas Palta, LLC e GPCP5 I Fundo de Investimento em Participações, tiveram sua participação na Companhia reduzida para 50,01% do capital social votante e 49,99% do total das ações preferenciais, enquanto que a ZI Participações S.A. passou a ser titular de 49,99% do capital social votante 50,01 do restante das ações preferenciais de emissão da Companhia.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Companhia comunicou que os acionistas Palta, LLC e GPCP5 I Fundo de Investimento em Participações passaram a deter, em conjunto, 100,00% do capital social da Companhia, enquanto que a ZI Participações S.A., deixou de deter qualquer participação na Companhia.